

## **TERMO DE INEXIGIBILIDADE**

1. Processo Administrativo nº 028/2025

2. INEXIGIBILIDADE nº. 002/2025

3. Objeto: Locação de imóvel destinado às instalações e funcionamento de atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação: Departamento da Merenda Escolar, no exercício de 2025.

4. Contratado: **MARIA MENDES BARROS.**

CPF: **401.393.603-87.**

Valor total de R\$ 9.603,00 (nove mil e seiscentos e três reais).

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, vem manifestar-se no sentido da contratação referente ao processo a seguir discriminado, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com Parecer Jurídico nos termos e razões abaixo apresentados:

### **I – RAZÃO DA ESCOLHA:**

Após avaliação da autoridade superior, considerando consulta realizada e toda a documentação anexada neste termo, principalmente com o Parecer Jurídico acostados, concluímos: **MARIA MENDES BARROS**, inscrito no CPF: **401.393.603-87**, apresenta as condições legais para a contratação direta, com **INEXIGIBILIDADE** de licitação para Locação de imóvel destinado às instalações e funcionamento de atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação: Departamento da Merenda Escolar, no exercício de 2025.

Portanto, considerando finalmente, que conforme a pesquisa de custos do imóvel apresentou características e preço de mercado economicamente viável.

A contratação justifica-se por se tratar de espaço único dotado de localização e instalações adequadas ao desenvolvimento das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Administração.

## **II - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**


O preço da contratação no valor global de R\$ 9.603,00 (nove mil e seiscentos e três reais), se encontra dentro dos limites da moderação, com justo ônus para a administração, sendo compatível com os preços praticados na região, em relação ao objeto pretendido.

## **III - CONCLUSÃO.**

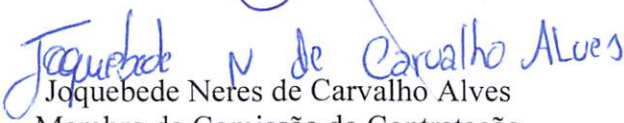
Diante de todo o exposto, considerando a razão da escolha e a justificativa do preço, com fundamento no artigo 72, inciso VI e VII da Lei Federal nº 14.133/21, opinamos pela realização da contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação.

Encaminhe-se à autoridade superior para ratificação desta decisão.

São Pedro dos Crentes - MA, 21 de fevereiro de 2025.

  
Semaías da Silva Moraes  
Agente de Contratação da Comissão de Contratação

  
Erilene Silva Pereira  
Membro da Comissão de Contratação

  
Joquebede Neres de Carvalho Alves  
Membro da Comissão de Contratação